



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH**  
**Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH**  
**GT UGRHs**

**Relatório de apoio para os trabalhos do GT**

**Assunto: proposta de resolução que “Cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União - UGRHs e estabelece diretrizes e procedimentos complementares para a criação de comitês de bacia hidrográfica”.**

## **1. INTRODUÇÃO**

O GT UGRHs foi criado na XXI Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos realizada nos dias 25 e 26 de maio de 2009, no âmbito da CTPNRH, tendo como prazo de conclusão dos seus trabalhos a primeira reunião do CNRH a ser realizada no segundo semestre de 2009, e como objetivo analisar e apresentar uma nova proposta de resolução que “Cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União - UGRHs e estabelece diretrizes e procedimentos complementares para a criação de comitês de bacia hidrográfica.

Cabe citar que dentre os Subprogramas do PNRH tem o “**I.4 Estudos para a Definição de Unidades Territoriais para a Instalação de Modelos Institucionais e Respectivos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos**”, que tem como objetivo geral “definir e caracterizar unidades territoriais de planejamento e gestão de recursos hídricos para orientar a implantação do SINGREH e a implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos”.

No **Anexo I** é apresentado o texto referente ao detalhamento operativo deste Subprograma que consta do “Plano nacional de recursos hídricos: Programas de desenvolvimento da gestão integrada de recursos hídricos do Brasil: volume 1” (MMA, 2008), que foi aprovado por meio da Resolução nº 80, de 10 de dezembro de 2007.

Até a data de aprovação da criação do GT pelo Plenário do CNRH, a proposta de resolução teve a seguinte tramitação dentro do CNRH:

- na 55ª reunião da CTPNRH, realizada nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2009 a proposta foi analisada e aprovada. (ver reprodução parcial da minuta da ata no **anexo II**);
- na 107ª reunião da CTIL, realizada nos dias 02 e 03 de março de 2009 a proposta foi analisada e aprovada. (ver reprodução parcial da ata no **anexo III** e a Nota Técnica 01/2009 da CTPNRH);
- na 24ª Reunião Extraordinária do CNRH, realizada em 26 de março, que decidiu que o debate deveria ser ampliado (ver reprodução parcial da ata no anexo no **anexo IV**);
- na Oficina **referente à proposta de resolução que “Cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União - UGRHs e estabelece diretrizes e procedimentos complementares para a criação de comitês de bacia hidrográfica”**, que foi realizada no dia 14 de maio, a pedido do Plenário do CNRH em sua 24ª Reunião Extraordinária, que decidiu por um debate ampliado sobre a matéria (ver Relatoria da Oficina).

## REFERÊNCIAS

ANA. Nota Técnica nº 072/2009/SAG de 27 de agosto de 2009.

MMA “Plano nacional de recursos hídricos: Programas de desenvolvimento da gestão integrada de recursos hídricos do Brasil : volume 1 / MMA, Secretaria de Recursos Hídricos. – Brasília: MMA, 2008. pp. 28-30.

MMA. CNRH Nota técnica nº 1/2009 da CTPNRH

Relatoria da oficina referente à proposta de resolução que **“Cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União - UGRHs e estabelece diretrizes e procedimentos complementares para a criação de comitês de bacia hidrográfica”**, que foi realizada no dia 14 de maio.

**ANEXO I** – reprodução parcial do texto referente ao subprograma “**1.4 Estudos para a Definição de Unidades Territoriais para a Instalação de Modelos Institucionais e Respectivos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos**” apresentado no “Plano nacional de recursos hídricos: Programas de desenvolvimento da gestão integrada de recursos hídricos do Brasil: volume 1” (MMA, 2008)

## **1 Introdução**

Este subprograma deverá subsidiar a construção de estratégias para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos atendendo às demandas de acordo com a necessidade de intervenção da gestão e com as capacidades institucionais instaladas. Deverá, então, previamente, construir a base territorial mais adequada para o planejamento das ações, devidamente pactuada no âmbito do SINGREH, de forma que possa atuar mais integradamente em todas as instâncias desse sistema.

Trata-se, então, de um subprograma de ações estratégicas e continuadas que visam a dar diretrizes aos demais subprogramas operacionais quanto à área de abrangência, às especificidades da aplicação dos instrumentos de gestão e aos modelos institucionais de gerenciamento.

## **2 Contexto e justificativas**

A legislação brasileira de recursos hídricos contempla um conjunto Estudos para a Definição de Unidades Territoriais para a Instalação de Modelos Institucionais e Respectivos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos de dispositivos que deverão, salvo avaliação futura, dar conta das demandas mais restritivas que venham a ser firmadas neste país quanto aos usos dos recursos hídricos. Essa capacidade de intervenção está aliada à sua sustentabilidade social e ao vigor dos instrumentos de gestão, que, plenamente aptos, deverão adequar todas as realidades conflitivas a um ambiente de convivência harmônica entre os usos dos recursos hídricos em cada bacia hidrográfica.

Essa capacidade, no entanto, traz no seu bojo uma complexa estrutura institucional para aplicação dos instrumentos, às vezes superdimensionada para o atendimento da gestão em áreas com menor potencial de conflitos em recursos hídricos. Eis a necessidade de que sejam formuladas estratégias diferenciadas para implementação da gestão nas diferentes regiões do país, reconhecendo suas especificidades socioeconômicas, ambientais e, fundamentalmente, quanto às necessidades de gestão dos recursos hídricos.

Nesse contexto, torna-se estratégica a definição conceitual sobre unidades territoriais de planejamento e gestão de recursos hídricos, conforme permite a legislação, assim como o desenvolvimento de metodologia para o estabelecimento de unidades nacionais para o planejamento e a gestão integrada dos recursos hídricos que contemplem a dimensão do país, as diversas realidades regionais e os diferentes domínios constitucionais dos corpos d'água.

Há de se reconhecer, por fim, que a formulação de estratégias deve fazer parte de um processo de acompanhamento dinâmico das necessidades, não podendo ser concluída

em um estudo que, por mais completo, está limitado a seu horizonte temporal previsível.

### **3 Conceitos e diretrizes**

As diretrizes para implementação de unidades de planejamento adequadas às diversas realidades do país e às suas demandas deverão atentar aos fundamentos e às diretrizes da legislação vigente, principalmente quanto ao modelo institucional de gerenciamento, aos instrumentos de gestão e ao avanço progressivo da gestão visando ao atendimento das necessidades de acordo com a complexidade da solução proposta.

### **4 Objetivo geral e objetivos específicos**

#### **Geral**

Definir e caracterizar unidades territoriais de planejamento e gestão de recursos hídricos para orientar a implantação do SINGREH e a implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

#### **Específicos**

- selecionar as principais variáveis e aspectos – hidrológicos, ambientais, socioeconômicos e político-institucionais – a serem considerados nos recortes que definem as unidades de planejamento, de gestão e de intervenção em recursos hídricos;
- elaborar proposta metodológica para definição de mapa estratégico para a implantação do SINGREH e dos instrumentos de gestão de recursos hídricos;
- elaborar estudos sobre modelos institucionais de gerenciamento, para dar suporte à implementação de instrumentos de gestão, segundo disposto no Programa III, em especial para atendimento de demandas específicas do SINGREH.

### **5 Descrição e ações previstas**

Para o alcance dos objetivos específicos deverão ser executadas as seguintes ações:

#### **I – Critérios para definição de unidades territoriais:**

- definir premissas e conceito de unidades territoriais de planejamento e gestão de recursos hídricos;
- selecionar critérios hidrológicos, ambientais, socioeconômicos, políticos e institucionais;
- avaliar a aplicabilidade de outras categorias de critérios;
- montar base de dados com informações sobre os critérios adotados.

#### **II – Mapa de unidades de planejamento e gestão:**

- identificar unidades de planejamento e gestão de recursos hídricos adotadas nos estados;
- avaliar a utilização de ferramentas de geoprocessamento, modelos matemáticos e estatísticos de análise (por exemplo, multicritério e análise de clusters) e

- métodos de tomada de decisão, dentre outros, para definir metodologia de agrupamento de unidades nacionais;
- elaborar mapa estratégico de unidades de planejamento e gestão;
- consultar e negociar mapa estratégico com Unidades da Federação;
- internalizar as diretrizes do mapa estratégico nos programas e nos subprogramas do PNRH;
- realizar avaliações periódicas das metas do mapa estratégico.

As ações I e II terão como base estudos previamente realizados sobre o tema, cujos resultados se encontram em trabalhos em curso no âmbito da ANA.

### **III – Estudos de apoio para implementação de modelos institucionais e instrumentos de gestão:**

- adotar mapa estratégico como subsídio para avaliação de modelos institucionais de gerenciamento de recursos hídricos;
- adotar mapa estratégico como subsídio para a implementação de instrumentos de gestão de recursos hídricos;
- avaliar e propor eventualmente modelos de organização para a gestão, alternativos aos previstos na legislação, em face das características das unidades territoriais propostas.

## **6 Área de abrangência e beneficiários**

Este subprograma tem abrangência nacional. Os beneficiários diretos serão todos os programas e subprogramas do PNRH.

## **7 Indicadores**

**Indicador 1** – Proposta metodológica consolidada.

**Indicador 2** – Mapa estratégico de unidades territoriais elaborado e pactuado.

**Indicador 3** – Estudos de apoio ao SINGREH elaborados.

## **8 Executores e intervenientes**

A ANA será a instituição executora; a SRHU/MMA e os gestores estaduais atuarão como instituições intervenientes; e as instituições nacionais e internacionais de fomento e as agências de água serão importantes instituições parceiras.

## **ANEXO II – Reprodução do trecho da minuta da ata no que se refere a tramitação da resolução dentro da 55ª CTPNRH**

Item 5 – Proposta de Resolução que “define as Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de domínio da União e estabelece procedimentos para criação de comitês de Bacia Hidrográfica por iniciativa dos Estados da Federação”. O Sr. **Rodrigo Flecha (ANA)** apresentou a Resolução (ANEXO V e VI). A Sra. **Ninon Machado (ONG's/Conselheira)** abriu o debate elogiando a apresentação e sugerindo à ANA a criação futura de um cadastro de entidades atuantes nos comitês. Mencionou a necessidade de se observar o regime estuarino, frente à importância que adquirem. Felicitou o fato da ANA comungar também da avaliação de necessidade de qualificação das entidades. Concluiu elogiando a Resolução. O Sr. **Rodrigo Flecha (ANA)** mencionou que achava boa a idéia da criação de um cadastro. Afirmou também que a metodologia dos trabalhos considerou a importância estuarina e explicou o porquê. A Sra. **Aline Meiguins (Cons. Estad. RH/ PA e TO)** pontuou duas dúvidas técnicas sobre a Resolução. No tocante à classificação de regionais e nacionais, não entendia a individuação, a classificação, de uma bacia. Quanto ao artigo 2º, II, tinha dúvida sobre a hierarquia institucional de decisão. Além disso, questionou a não extensão dos trabalhos para a Amazônia. O Sr. **Rodrigo Flecha (ANA)** esclareceu as dúvidas e mencionou que não havia hierarquia e sim regras. Esclareceu também que, embora fosse seu desejo estender à Amazônica, não o fizeram por de fato não terem o domínio sobre proposta de gestão de recursos hídricos para a Região. Avaliou que a Amazônia deva ser considerada como de interesse como um todo, que a ANA não deseja apontar unilateralmente, mas trabalhar em conjunto com os estados, contudo o processo não estava amadurecido. A Sra. **Aline Meiguins (Cons. Estad. RH/ PA e TO)** manifestou pesar, principalmente para o Tapajós. Em seguida, o Sr. **Sidnei Agra (OTEP)** avaliou que a Resolução deu um bom encaminhamento para as bacias regionais, mas que havia a necessidade de um outro normativo para as nacionais. Seguiu fazendo algumas críticas sobre o gerenciamento previsto na Resolução, como por exemplo, no inciso IV do § 2º estar previsto a participação da ANA, sendo que a participação desta não foi mencionada anteriormente nas regionais. O Sr. **Rodrigo Flecha (ANA)** comentou as críticas feitas, sendo que inicialmente ponderou a necessidade de regras, pois as outorgas estão sendo feitas às cegas, mas que essas regras poderão serem revistas com as prerrogativas dos comitês, quando estes fossem criados. Acatou sugestão de inclusão do apoio da ANA no parágrafo § 2º. Esclareceu, posteriormente, o porquê de não ter sido colocado regramento para as bacias nacionais, relacionado às complexidades e peculiaridades dessas. A Sra. **Célia Froés (Cons. Est. RH/ES e MG)** elogiou a Resolução como um todo, manifestou ser interessante, no entanto, adiantar algumas questões sobre o modo de operacionalizar a gestão. Sugeriu ainda acrescentar no art. 5º o encaminhamento também aos Conselhos Estaduais, o que foi acatado pelo Sr. **Rodrigo Flecha (ANA)**; quanto às regras, colocou que se tratava do desafio, do calcanhar de Aquiles. Em seguida, a Sra. **Ninon Machado (ONG's/Conselheira)** frisou a importância de lembrar aos órgãos sobre a necessidade de exercer pacto federativo. O Sr. **Fred Crawford Prado (MT)** inicialmente elogiou o trabalho, mas compartilhou da preocupação em relação a Amazônia e sugeriu a criação de unidade nacional para o Tapajós e Madeira. Sugeriu, ainda, um período de validade no art 3º § 1º de um ano, bem como a alteração no art. 4º de “deverá ser revogada” para “automaticamente revogada”. O Sr. **Rodrigo Flecha (ANA)** ponderou que não deveria ser engessado tempo em um normativo global, uma vez que pode haver variação de um local para outro. Analisou ainda que uma coisa que era dada deveria ser formalmente

revogada, avaliação que foi enriquecida pela Sra. **Ninon Machado (ONG's/Conselheira)** sugerindo consulta jurídica sobre o assunto. O Sr. **Demétrios Christofidis (MI)** elogiou o trabalho técnico empreendido e sugeriu, quanto ao artigo 2º, ir além do aspecto quantitativo e qualitativo, opinião compartilhada pelo Sr. **Marco Neves (MMA)** que mencionou ter dúvida do que seria “qualitativo”. O Sr. **Rodrigo Flecha (ANA)** esclareceu a dúvida e concordou com as considerações, mas mencionou temer que essa discussão pudesse se configurar em um transtorno, na medida em que, se querendo se chegar a um ótimo, não consigam nem alcançar ao bom. O Sr. **Demétrios Christofidis (MI)** questionou outros aspectos, como por exemplo, o remanejamento de redações, o que foi parcialmente aceito pelo Sr. **Rodrigo Flecha (ANA)**, sendo que ponderou algumas outras sugestões feitas. O Sr. **Rodrigo Massad (Ministério das Cidades)** mencionou que gostou da Resolução, mas manifestou preocupação com a criação de um novo conceito, o de UGRHs, e questionou que a Resolução, especificando quais as unidades, engessaria a criação de novas. O Sr. **Rodrigo Flecha (ANA)** argumentou que deve haver um direcionamento do que se quer para não se picotar, pulverizar o sistema. Foram debatidos aspectos e dúvidas sobre a Resolução, bem como foram exemplificados aspectos da gestão de recursos hídricos no DF, enriquecidos com a contribuição de técnicos presentes da Adasa-DF. O Sr. **Marco Neves (MMA)** reafirmou o avanço que a Resolução trouxe, mas questionou a data estipulada de revisão, em virtude da data do PPA, observação prontamente acolhida pelo Sr. **Rodrigo Flecha (ANA)**. O Sr. **Fred Crawford Prado (MT)** voltou a questionar o possível engessamento de criação de novas unidades, opinião compartilhada logo em seguida pelo Sr. **Rodrigo Massad (Ministério das Cidades)**. O Sr. **Rodrigo Flecha (ANA)** novamente expôs argumentos e exemplos de gestão em favor de se ter regras e evitar a pulverização do sistema. O Sr. **Sidnei Agra (OTEP)** interrompeu a reunião para o almoço, pactuado-se por um menor tempo para possibilitar cumprimento da pauta. Às 13h15 do dia mesmo dia 17/02/2009, a reunião prosseguiu com a síntese do Sr. **Sidnei Agra (OTEP)** de encaminhamentos. Seguiu-se um longo período em que se voltou a discussão sobre a flexibilização ou não de criação de novas unidades, apresentando-se basicamente os mesmos argumentos já apontados. No entanto, a Sra. **Ninon Machado (ONG's/Conselheira)** apresentou a proposta de se constar na Nota Técnica (ANEXO VII) a discussão levantada. O Sr. **Sidnei Agra (OTEP)** colocou as propostas em votação, sendo que ganhou, com oito votos a favor e dois contra, a de encaminhamento do documento à CTIL sem a alteração, necessitando, no entanto, constar na Nota Técnica a discussão levantada. Em seguida, foram feitas algumas pequenas adaptações de redação na Resolução no qual foram esclarecidos vários de seus pontos.

**Item 5 - Processo nº 02000.003082/2008-35: Unidades de Gestão de Recursos. Assunto: Análise da proposta de resolução que “Define as Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União e estabelece procedimentos para a criação de comitês de bacia hidrográfica de rios de domínio da União”, a ser encaminhada pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH:**

primeiramente, o Sr. Wilde Gontijo Jr., da ANA, apresentou a matéria (**Anexo IV**) apontando que a proposta de resolução avançaria principalmente nos seguintes aspectos: i) o comitê seria efetivamente de bacia hidrográfica, e não de calha de rio; ii) efetivar-se-ia a gestão descentralizada; iii) promover-se-ia a integração e articulação do gerenciamento dos recursos hídricos, e iv) acelerar-se-ia a implementação do SINGREH. Após a apresentação do assunto, a representante das Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica expressou as seguintes ponderações: Entende a necessidade de se atuar no sentido de implementar, de fato, a gestão de recursos hídricos e ultrapassar os obstáculos que hoje se apresentam. Entretanto há que se observar os conceitos estabelecidos na Lei Nº 9.433/97. Chamou a atenção para a forma como está redigido art 38 da referida lei, que norteia como deve ser a atuação dos comitês em áreas compartilhadas, vez que estabelece as competências de CBHs definindo que estas serão exercidas “no âmbito de sua área de atuação”, área que se encontra definida no art 37. Quanto à referência feita pelo apresentador, ao Sub-programa I.4 do PNRH que trata da elaboração de estudos para a definição de unidades territoriais e para a instalação de modelos institucionais e respectivos instrumentos de gestão de recursos hídricos, como sendo um embasamento para a criação das Unidades de Gestão de Recursos Hídricos, ponderou que o explicitado no sub-programa se referia a áreas cujas especificidades dificultariam sobremaneira a implementação de um sistema de gestão de recursos hídricos tal como concebido na Lei 9.433/97. Levantou questionamento a respeito da definição da Bacia do Parnaíba como de interesse regional, vez que se enquadra no mesmo raciocínio explicitado pelo apresentador, para justificar a Bacia do São Francisco como sendo de interesse nacional. A respeito da delegação de competências do CNRH para os CERHs ponderou sobre se tal delegação é possível, isto é, se há previsão legal de delegação de competências do CNRH para os CERHs e, caso positivo, que ente deteria a visão do todo, para a necessária articulação, vez que o CNRH estaria se omitindo de competências que lhe cabem, por lei, no processo de articulação para a fundamental integração das políticas de recursos hídricos. Sobre a delegação pela ANA, para os estados, da outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União, ponderou no caso específico do Setor Elétrico, se esse procedimento não iria reeditar o que ocorre hoje no que diz respeito ao licenciamento ambiental: várias portas de entrada e não uniformidade de procedimentos. Posteriormente, após amplo debate e esclarecimentos, e apesar de haver unanimidade quanto ao mérito da proposta de resolução, alguns representantes julgaram temerário que a CTIL decidisse sobre o encaminhamento desta matéria ao Plenário do CNRH já nesta reunião. Às 19h00 do dia 02 de março de 2009 as atividades foram interrompidas, sendo retomadas às 10h05 do dia seguinte, quando foi proposto o seguinte encaminhamento: interrupção das discussões da matéria, com tempo para consulta aos respectivos segmentos e retomada das discussões na próxima reunião da CTIL. Como não houve consenso, a seguinte votação foi procedida: continuidade da apreciação da matéria nesta reunião: foram favoráveis: MMA, ANA, MCidades, OTEP, Indústrias e CERH-BA/CE (seis votos); foram contrários: Concessionárias, MTransportes, CERH-

SP/RJ, Comitês e Consórcios (cinco votos); abstenções: MJustiça e MME (duas). Ao final, a CTIL efetuou adequações à proposta de resolução, sem alterar o mérito da proposta original, ficando sua forma final conforme **Anexo V**. Registra-se que também foi objeto de votação: criação das seguintes unidades regionais para a Região Hidrográfica do Tocantins- Araguaia: a) Maranhão-Paraná; b) médio Tocantins, c) Araguaia, e d) baixo Tocantins. Foram favoráveis: Consórcios e CERH-SP/RJ (dois votos); foram contrários: ONGs, MJustiça, ANA, MCidades, CERH-BA/CE, Comitês, OTEP, Indústrias e MMA (nove votos); abstenções: MTransportes, MME e Concessionárias (três). O argumento que prevaleceu foi de que a criação de unidades regionais seria de competência da CTPNRH e não da CTIL.

**ANEXO IV - Reprodução do trecho da ata da 24ª Reunião Extraordinária do CNRH, realizada em 26 de março que se refere a tramitação da resolução (linhas 2894 a 3430)**

O próximo item da pauta é uma deliberação sobre proposta de resolução que, cria unidade de gestão de recursos hídricos em rios de domínio da União, UGRHs, um pouquinho mais de emoção não é Braga? Cria unidade de gestão de recursos hídricos de rios do domínio da União, UGRHs e estabelece as diretrizes e procedimentos complementares para a criação de comitês de bacia hidrográfica, encaminhada pela comissão técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Eu convido o presidente da câmara técnica, o Sidnei Gusmão Agra para encaminhar a matéria com até dez minutos para a apresentação. Para essa apresentação está sendo solicitado na sequência, já para orientação do plenário, em seguida será convidado o companheiro... Superintendente da ANA, Rodrigo Flecha, companheiro também, mas é o vício, Superintendente de apoio da gestão para complementar a apresentação. Então, por favor, Sidnei Agra por até dez minutos. **Sr. Sidnei Gusmão Agra (Presidente da CTPRNH).** Eu acho que muito rapidamente eu avisei a primeira vez que me manifestei que a pauta de hoje estava recheada de matérias que passaram pela câmara técnica. Na verdade elas não são iniciativas da câmara, mas todas passaram por ela. Eu pediria a Rachel que abrisse a nota técnica. Na verdade fazer só uma introdução e deixar a apresentação da matéria mesmo para o Rodrigo Flecha. Eu acho que é importante destacar a opinião da câmara técnica também, discuti essa resolução na sua última reunião. Essa é a nota técnica que foi produzida em função da última reunião da câmara técnica do plano. Nesse começo tem um histórico aí que vai mostrando como se deu a evolução do trabalho técnico até chegar à proposta do mapa que aparece na resolução que é o que a resolução encaminha. Foram seis meses de trabalho conjunto da ANA com a Secretaria de Recursos Hídricos. A reunião da câmara técnica foi no início de fevereiro. Aí a lógica da resolução é você ter uma possibilidade de avançar na gestão e na implementação do sistema de gestão naquelas unidades em que há massa crítica para que isso aconteça se tenha um clima na região propício para isso. A luz do que diz ali nos itens que seguem, mas ficou claro também pelo fato... É o que está mapeado ali, marcado no item número 7, ficou claro que pelo fato da resolução ser acompanhada de um mapa isso poderia de alguma forma demarcar certo engessamento, então só vai atuar aí. Então a gente ficou... Se seguir ali uma vez que... Ah não, é nesse mesmo item que aparece ali que isso possa ser revisto juntamente com as revisões do próprio plano nacional; que a cada revisão do plano nacional a gente possa rever o mapa para que não ocorra aquele risco que se manifestava naquele item. Depois se detalha o conteúdo da resolução. Eu vou deixar para apresentação do Rodrigo e a gente pode ir lá para baixo. Então se destacava ainda no âmbito da resolução que esses comitês que possam vir a ser criados no âmbito dessa resolução prestem contas. Está lá na resolução o regramento para os seus relatórios que são encaminhados a esse conselho para que a gente veja que realmente as coisas estão acontecendo com base nos princípios que estão apontados na resolução. E finalmente uma experiência que a ANA cada vez mais vem conseguindo empreender naquelas bacias com situações de conflito bastante pronunciadas que são os processos de alocação negociada como falava a Suraya antes de mim. Da mesma forma que os processos de educação não são um dos instrumentos que gestão, a ANA tem empreendido esse esforço de construir esses pactos e depois institucionalizá-los através das outorgas, mas a gente entende isso como uma oportunidade interessante que faz avançar a gestão de recursos hídricos nessas regiões, sobretudo, aquelas de maior conflito. Então foi parecer da câmara técnica que a matéria mais uma vez se configura

como oportunidade estratégica para fazer avançar a gestão em regiões que demandam desse fortalecimento. Então eu passo a palavra com a licença da mesa para o Rodrigo para que apresente a resolução propriamente dita. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Por favor, Rodrigo. Sidnei conosco. **Sr. Rodrigo Flecha (ANA)**. Boa tarde. Antes de começar a apresentação só gostaria de convidar o João Clímaco a participar do grupo técnico lá do Paranaíba que já está trabalhando a questão da capacitação também. Está ok João? Já está convidado desde já. Então essa idéia da apresentação é uma idéia já antiga que a ANA vem trabalhando forte no tema. Dr. Braga colocou aqui a sessão temática que ocorreu no Fórum de Istambul, no Fórum Mundial das Águas; é a questão da necessidade que eu acho que é um tema secretário, que o conselho deveria abordar com maior profundidade, da necessidade de nós começarmos a trabalhar na construção de pactos federativos naquelas bacias que eu considero bacias de interesse nacional. Eu vou explicar um pouco mais à frente. Eu acho que quando a gente fala na resolução anterior que trata da capacitação, trata de gestão integrada de recursos hídricos e está colocado lá que a questão de usos múltiplos, consideração de todos os usos, o João acrescentou a questão ecossistêmica e sustentável, eu acho que vai além João. Eu acho que a gente precisa criar ambientes de negociação e consensos com os estados da federação para que a gente possa avançar em bacias compartilhadas. Quer dizer, os estados têm que enxergar a bacia na condição que a Lei 9433 está colocando, senão nós vamos efetivamente bater no teto com a nossa gestão integrada de recursos hídricos, porque por enquanto a nossa gestão ainda não é integrada. É uma gestão de recursos hídricos, então a temática é essa da proposta de resolução que foi aprovada depois de um dia de discussão na câmara técnica do plano nacional de recursos hídricos e dois dias de discussão na CTIL. Na realidade ela cria unidade de gestão de recursos hídricos, aí de rios de domínio da União, eu coloquei em azul, eu gostaria que a gente pudesse adotar um conceito talvez de bacias compartilhadas interestaduais. Eu acho que é um conceito que reflete muito mais os nossos desafios da nossa constituição que coloque que nós estamos em um sistema federativo e não unitário. E aí o patamar da negociação muda, e estabelece as diretrizes e procedimentos complementares para a criação de comitês. Os objetivos nós temos quatro, se eu fosse poder listar os objetivos, quatro objetivos. Quer dizer, nós estamos tentando radicalizar, aprofundar a gestão descentralizada fazendo com que os estados da federação cumpram um papel mais forte nessas bacias que a gente está considerando como bacias compartilhadas regionais. Sem esquecer aquelas bacias de interesse mais nacional, ou seja, que tenham uma escala que extrapola que necessita uma escala de articulação mais forte entre estados e União. E aí é na realidade criar uma regra. Eu acho que o Brasil precisa trabalhar com uma regra que a Lei 9433 diz que a União deve se articular com os estados. Todas as legislações estaduais dizem que os estados devem se articular com a União e com municípios, mas nós não temos nenhum mecanismo, nenhum instrumento estabelecido que crie uma regra para que a gente possa avançar nesse pacto federativo entre União e os estados. Atende também ao artigo 5º da Resolução CNRH nº 5 que define que área de atuação de comitês de bacias será estabelecida por decreto, decreto presidencial, não é isso que está na Lei 9433, e sua instituição e pela divisão hidrográfica nacional incluída no plano nacional de recursos hídricos; e também estabelecer diretrizes complementares a partir da experiência que a ANA vem vivenciando nesses últimos oito anos de instalação de criação e instalação e, sobretudo, funcionamento de comitês de bacias. Ou seja, nós não queremos mais, nós queremos que os comitês da bacia hidrográfica representem toda a bacia. No Paranaíba do Sul, por exemplo, nós criamos um comitê de integração no Paranaíba do Sul que é constituído por representantes dos comitês dos estados, quer dizer, foi uma experiência

importante e o comitê de integração do Paraíba do Sul, (inaudível) ele passa a ter uma pauta maior, uma pauta mais estratégica; e os comitês estaduais com sua pauta local, mas o comitê de integração ele passa ter uma pauta com questões de marco relatório, com questões de temas estratégicos, pontos de controle e um conjunto de outras questões que concerne à bacia na sua totalidade. Nós tivemos aí ao longo desses últimos anos um conjunto de iniciativas de demanda de criação de comitê de bacia, quer dizer, é importante que o conselho comece a enxergar a necessidade de nós termos, quer dizer, respeitando a nossa carta magna que é o Plano Nacional de Recursos Hídricos que vai ser revisado em 2014. É necessário que a gente crie, não pulverize a criação de comitês de bacia, quer dizer, ninguém é contra a criação, muito pelo contrário, mas que a gente tenha um regramento que possa fortalecer a descentralização e essa articulação necessária entre estados e a União. Na realidade isso é uma solicitação, uma demanda do subprograma 1.4 do Plano Nacional de Recursos Hídricos que coloca a necessidade de elaborarmos estudos para definição de unidades territoriais e para a instauração de modelos institucionais e respectivos instrumentos de gestão. O que nós fizemos? Desde 2004 nós viemos trabalhando na construção dessa base territorial e nós partimos para definição dessas unidades de gestão de recursos hídricos das doze regiões hidrográficas estabelecidas e das 442 unidades estaduais de planejamento e gestão. A grande maioria, talvez não a grande maioria, uma boa parte dos conselhos estaduais de recursos hídricos já aprovou assim como São Paulo, Minas Gerais, Bahia recentemente fez um novo estudo das unidades de planejamento baianas, eles já tem as suas unidades estaduais. Outros têm estudos, então para aqueles que ainda os conselhos não são chancelaram essas unidades estaduais de gestão nós nos baseamos nos estudos existentes, quer dizer, a nossa premissa foi o quê? Para criarmos as unidades nacionais de gestão de recursos hídricos elas devem ser criadas a partir das unidades estaduais buscando harmonizar as ações. Essa foi a nossa grande premissa. Para isso a gente usou uma metodologia a partir de um conjunto de fatores de integração, para chegarmos as nossas unidades nacionais e as unidades regionais, como por exemplo, critérios hidro-ambientais, bacias hidrográficas representativas. Por exemplo, na bacia do Rio São Francisco a bacia do Rio das Velhas é uma bacia hidrográfica representativa dentro da bacia do São Francisco. Unidades de conservação ambiental: mapeamos todas as unidades de conservação da lei do sistema nacional de unidades de conservação, todos os aquíferos importantes estratégicos nacionais, todos os reservatórios para produção de hidrelétrica e as principais interligações de bacias que nós temos hoje no país. No que diz respeito aos critérios sócio-econômicos pegamos todas as regiões metropolitanas existentes no país, as unidades nacionais que o Rosalvo conhece bem de planejamento do Ministério da Integração, e as mesorregiões econômicas do IBGE. E no que diz respeito a critérios políticos (inaudível) nos referenciamos nas unidades federadas e nos comitês de bacias existentes. Então esses critérios foram os critérios, os fatores de integração. Utilizamos a metodologia de cluster para criar agrupamentos semelhantes nessa nossa modelagem matemática, e obviamente como colocou aqui o Sidnei Agra é um regramento que tem uma validade com a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos. É importante que a gente tenha isso para que a gente tenha metodologicamente regras para que a gente possa avançar pari-passu criando esses pactos e não simplesmente falando: é importante criar o comitê x, y, z, ou é importante atuar nessa ou naquela região. Nós temos o regramento onde o Plano Nacional de Recursos Hídricos é o nosso instrumento balizador, ou seja, essa regra vai ser revisada, a idéia é essa, juntamente com a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos. E aí a gente chega às unidades nacionais, são trinta unidades de abrangência interestadual. Aí eu volto no conceito de bacia compartilhada interestadual. Eu acho que é um conceito mais correto e eu venho

insistindo nisso com vários estados, do que trabalharmos com esse conceito de rios de domínio da União, bacias federais ou bacias... Entendeu? É aí que a gente começa a entender a necessidade de sim fazer uma gestão integrada de recursos hídricos, e não o que nós estamos fazendo. Em vários casos tem algumas tentativas de gestão integrada, mas hoje a gente pratica uma gestão de recursos hídricos que muitas vezes ela é compartimentada por estado. Nós tivemos uma experiência interessante entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte que foi o processo de marco regulatório acordado entre os dois estados, quer dizer, a gente está alocando água em quantidade e qualidade a partir de cenários prospectivos acordado com os estados, os órgãos reguladores dos estados. Isso foi muito importante. Você começa a criar regras de ordenamento do uso da água naquela bacia. Então nós criamos também a partir daquele conjunto de fatores de integração nós criamos uma terminologia que chamamos de uma unidade de gerenciamento de recursos hídricos de caráter nacional, ou seja, tem uma escala de articulação onde à escala de articulação e a problemática toda associada à gestão de recursos hídricos elas vão envolver obrigatoriamente estratégias nacionais, e temos bacias compartilhadas interestaduais, mas com uma escala mais regional que envolve os problemas associados à gestão de recursos hídricos e a escala de articulação envolve... O problema é restrito àquela bacia hidrográfica. Então o conceito que a gente quer de bacia nacional e de bacia regional está aí estabelecido a partir daqueles fatores de integração que nós colocamos atrás. Inegavelmente, por exemplo, a bacia do São Francisco é uma bacia de escala de articulação nacional e a bacia, por exemplo, para um gaúcho e para um catarinense do Mampituba é uma bacia inegavelmente de escala regional. Assim como a bacia do Rio Itabapoana, por exemplo, Minas, Rio e Espírito Santo, o problema não tem reflexo, a gestão de recursos hídricos nessas bacias de interesse regional ela fica restrita a própria bacia. Ela não tem um impacto nacional como tem uma bacia do São Francisco, uma bacia do Rio Grande, uma bacia do Rio Paranapanema e outras bacias que a partir daqueles fatores de integração elas têm uma abrangência que vão além da sua própria bacia. E aí à esquerda ali que vocês devem ter no anexo, o artigo 1º cria as unidades de gestão de recursos hídricos, para mim seria de bacias compartilhadas interestaduais. Eu acho que a terminologia de rios de domínio da União carrega com ela e um centralismo de tomada de decisão e não é esse o espírito da gestão integrada que nós queremos construir, conforme o anexo da resolução. O anexo apresenta aquele mapa onde às bacias azuis, a partir dos fatores de integração nós classificamos como bacias nacionais de escala de articulação nacional, e as bacias em amarelo são as bacias com escala de articulação regional. Em branco são as bacias eminentemente que são rios que não atravessam estados, são eminentemente estaduais. Aí foi uma demanda inclusive de uma reunião que ocorreu com o governo federal, uma demanda de tentar conceituar como eu já coloquei o que é UGRH nacional. Como eu já disse, são unidades em que a escala de articulação e a problemática associada aos recursos desenvolvem estratégias de abrangência nacional, assim como a regional envolve os problemas que são mais restritos àquela própria bacia que foi uma demanda do Rosalvo, uma demanda do MI e uma demanda de alguns outros setores. Então só tem esse ajuste proposto com relação à resolução que os senhores têm em mãos, com relação a esses dois parágrafos. O parágrafo 3º diz que: a criação de comitês em bacias hidrográficas, aí eu ponho entre aspas, rios de domínio da União, observará a área de atuação definida para as UGRHs e as posições estabelecidas na Resolução 5 do CNRH de 2000. E as UGRHs poderão ser redefinidas nas revisões do PNRH que irão acontecer a partir de 2014. O artigo 2º: a criação de comitês para as UGRHs regionais poderá ser proposta pelos estados. Aí que está a idéia de aprofundar a nossa descentralização em favor dos estados. É esse o nosso conceito que nós entendemos que é um conceito

correto que vai ao encontro da gestão descentralizada e participativa de recursos hídricos. O inciso 1º: atendidas as seguintes condições, ou seja, os estados se eles quiserem podem propor a criação de comitês nas unidades regionais desde que editem atos normativos nos estados atribuindo ao comitê da área abrangida pela UGRH regional o exercício das competências legais relativas ao comitê de bacia previsto nas políticas estaduais, ressalvado a critério do estado a área de atuação dos comitês já instalados na referida UGRH. Isso é um caso que acontece, por exemplo, na Bacia do rio Jequitinhonha que é uma bacia de interesse regional. Nós temos em Minas Gerais o comitê do Rio Araçuaí que é um afluente ao Jequitinhonha, quer dizer, o Estado de Minas Gerais pode junto com a Bahia eventualmente trabalhar no conceito da bacia do Jequitinhonha como um todo, ou então deixar o comitê do Araçuaí com a sua vida própria lá dentro que é possível também. Essa abertura está colocada. Agora, é importante no inciso 2 que tenha vigência de norma no âmbito dos estados com área abrangida pela UGRH regional estabelecendo um marco regulatório, ou seja, é uma alocação quali-quantitativa dos recursos hídricos. É muito importante aprovada pelos respectivos conselhos estaduais de recursos hídricos, dentro da idéia de que o conselho nacional delegaria aos conselhos estaduais de recursos hídricos as suas atribuições. O item 3º, inciso 3º, delegação também pela ANA - Agência Nacional de Águas a outorga de direito de uso de domínio da União na respectiva UGRH, e o inciso 4º: demonstração que nessa bacia haja sustentabilidade financeira da secretaria executiva do comitê da bacia. A gente vê por aí, nós temos um conjunto muito grande de comitês de bacia no Brasil e muitos deles não têm sustentabilidade, não tem recursos e não têm garantia de recursos para ter uma agenda, uma pauta importante, e esse é um problema crucial nesse país. Então esses condicionantes são colocados. Foi acrescentado... **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Rodrigo, foram 16 minutos, a gente tem um limite de 20, e são oito artigos. Eu pediria que você sem perda do conteúdo e sem te interromper... **Sr. Rodrigo Flecha (ANA)**. É essa a questão. Eu vou tentar passar mais rápido. O parágrafo 1º fala que quando houver o plano de recursos hídricos, quer dizer, independentemente daquela alocação quali-quantitativa, isso é óbvio, essa alocação vai ser ajustada a partir do momento da existência do plano de recursos hídricos. A ANA e os órgãos competentes no âmbito dos estados estabelecerão formas de garantir sustentabilidade da secretaria executiva do comitê. A instituição do comitê deve ser aprovada por decreto presidencial porque isso está em lei; e os estados caso eles queiram eles poderão agregar a essas unidades regionais outras bacias hidrográficas de domínio estadual contíguas. Após a criação do comitê da bacia, é aquilo que eu falei, após a criação do comitê de que trata o inciso 2 da resolução o CNRH delega aos conselhos estaduais um conjunto de atribuições de competência que ele tem de corpos d'água de domínio da União como: enquadramento, definição de critérios e valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos; a questão da Lei 10881, delegação das competências de agências de água, as entidades (inaudível) funções de agência, e também com relação aos usos insignificantes para efeito de isenção de outorga e cobrança. As deliberações do comitê, e aí uma vez que o CNRH delegou, elas têm que ser obrigatoriamente aprovadas pelos respectivos conselhos estaduais. A delegação de competência pelo CNRH prevista no artigo 3º, o anterior, ela deve ser revogada se constatado descumprimento de qualquer resolução. Esse exemplo é um exemplo que tem acontecido Catarina em Alagoas e Pernambuco é a questão do Paraíba, quer dizer, aquilo que eu falei para vocês, vai ao encontro ao desejo do Estado de Pernambuco e de Alagoas no sentido de que os dois trabalhem em prioridade na formação daquilo, e o conselho nacional delega em fazer dos dois estados, dos dois conselhos, as suas prerrogativas. O artigo 5 é mais uma questão formal, mas ela é importante. É um

relatório que os comitês devem fazer, quer dizer, a gente tem sentido necessidade dos comitês apresentarem as atas, essa é uma grande verdade, tem comitê fantasma por aí. Eu acho que o conselho nacional deveria tomar providências nesse sentido, porque nem eleição ele faz mais, e que era importante que os comitês criados apresentassem relatório sobre o regimento interno, sua composição, sua agenda, sua pauta, suas resoluções, como está o avanço da gestão de recursos hídricos naquela bacia no que diz respeito ao comitê de bacia. Aí é o prazo de entrega de relatório. A secretaria do conselho nacional vai disponibilizar modelo, e o artigo 6º e 7º encerram a resolução. O 6º diz que os comitês da UGRH regionais deverão juntamente com a apresentação do relatório, encaminhar comprovação da manutenção daquelas condições que eu coloquei no artigo 2º, ou seja, marco regulatório, alocação quali-quantitativa, a delegação da própria Agência Nacional de Águas, como está funcionando enfim aquelas atribuições que eles receberam. E o artigo 7º a condição definida no inciso 2 também que é a questão da alocação quali- quantitativa deve constar, isso é uma experiência que a gente já está aprendendo ao longo desses 8, 9 anos. Quer dizer, para que a gente possa trabalhar de maneira mais harmônica numa bacia hidrográfica de interesse nacional é importante que a gente comece a pensar em harmonizar instrumentos técnicos e institucionais de gestão entre a ANA e os estados da Federação. E aí tem uma condição importante e vale para toda bacia, seja regional ou nacional, que é a necessidade de uma aproximação dos estados e da União para criamos marco regulatórios nas bacias no sentido de integrarmos os mecanismos técnicos, cadastros, outorga, fiscalização, enquadramento e um conjunto de mecanismos técnicos que nós precisamos trabalhar de maneira harmônica para que a gente possa ter efetivamente uma gestão integrada. Era isso. Obrigado. **SR. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Muito obrigado. Por favor, continue aqui conosco Rodrigo. Eu agradeço a apresentação. A matéria está em discussão. Inscrições, por favor. Conselheiro Lobato, o primeiro inscrito. Por favor, seguem-se as inscrições, o Marley vai coletar as inscrições. **Conselheiro Francisco José Lobato da Costa (OTEP).** Senhor secretário, senhores conselheiros. Confesso que eu estou surpreso com a densidade e a importância dessa reunião que estamos tendo hoje no Conselho Nacional. Aquelas avaliações do sistema nacional de recursos hídricos que nós mencionamos, se os senhores olharem a parte IV da publicação GEO Brasil Recursos Hídricos, tem lá uma avaliação do que nós chamamos de problemas do sistema nacional. Três tipos. Eram problemas operacionais, problemas estruturais e problemas de estratégia institucional e condução de processos decisórios. Nos problemas estruturais estava exatamente o desafio da dupla dominialidade dos corpos d'água no Brasil, e do timing de atuação tanto da União quanto dos estados que são os que têm titularidade sobre os corpos hídricos. Portanto, esse trabalho implica o enfrentamento de um dos problemas mais desafiadores que o Brasil tem em função da sua dimensão territorial que é essa questão da dupla dominialidade. Quais são as referências que nós temos e como é que isso é posto no mundo todo? Nós tivemos a oportunidade de participar de uma reunião da OCDE em setembro do ano passado na cidade do Porto, e também de conhecer as diretivas quadro sobre uso da água da Comunidade Européia e isso para a União Européia é um desafio muito interessante, similar aos problemas que foram aqui apresentados. A idéia básica que nós já exercitamos preliminarmente aqui no país é essa história do comitê de integração, e da divisão de trabalho entre uma instância mais ampla em termos regionais que tem que ter uma visão estratégica tal como aquela apresentada no plano estratégico do Araguaia/Tocantins hoje pela manhã e os encargos operacionais que são das unidades menores de implementação de ações de planos de bacias hidrográficas. Isso significa a aplicação na prática do chamado princípio da subsidiariedade. Tudo aquilo

que puder ser resolvido localmente que não afete terceiros é mantido na bacia operacional, aquilo que tem uma abrangência maior e, portanto, uma importância regional ou nacional sobe para uma instância de articulação. Portanto, eu acho que essa resolução é fundamental, é importante, ela gerará aprendizados, dúvidas, não há forma no planeta, isso não é só um problema brasileiro, mas em diversos outros países com divisões federativas de isso ser resolvido e, portanto, todo aprendizado e acho muito notável acompanhar isso nas revisões do plano nacional, que isso vá continuamente sendo aprimorado. Fico admirado com o trabalho. Acho importantíssimo isso. A última referência é que se os senhores olharem na parte II do GEO Brasil Recursos Hídricos há uma menção do chamado mapa de gestão que eram os estudos iniciais que a ANA já tinha nos idos de 2005, 2006, exatamente sobre o traçado dessas unidades. Então meus parabéns e terão todo apoio à aprovação dessa resolução. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Muito obrigado Conselheiro Lobato. A seguir Rosa Macini. Eu pediria que fizesse a leitura dos conselheiros e conselheiras inscritas. **Conselheiro Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU)**. Conselheiros: Rosa Mancini, Carlos Alencastre, José Machado e Rosalvo Júnior e também Conselheira Tereza e Conselheira Ana Catarina. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Por favor, Rosa. Durante a fala da conselheira Rosa nós estaremos recebendo inscrições para a lista de intervenções. Lembrado que às 17h30min está prevista a festa de posse do companheiro Paulo Varela como diretor da ANA. Está começando sem todos nós aqui. **Conselheira Rosa Maria Oliveira Machado Mancini. (CERH/SP)**. As considerações que nós vamos apresentar aqui na verdade elas dizem respeito ao documento que foi encaminhado originalmente da câmara técnica para os conselheiros. Vários complementos foram feitos pelo Rodrigo nesse momento que não constam do documento. Eu vou me ater ao que está no documento. Na verdade eu vim para cá com a intenção de fazer pedido de vista, mas eu acho que nem o pedido de vista vai resolver as questões que eu estou prestes a colocar, e aí até o final a gente decide qual seria o melhor encaminhamento. Eu acho que a intenção da proposta de resolução é perfeita. Eu acho que vem para resolver vários problemas que nós temos de fato no país. Tem alguns estados que é mais fácil você resolver, no nosso caso até São Paulo é simples, porque são bacias claras com dois estados compartilhando, então nem é uma coisa complicada, mas tem outras regiões que já foram citadas várias em que isso acontece. Porém, o anexo dessa resolução que tem um mapa, e tem uma tabela que define quais são as de interesse regional e as de interesse nacional, esse quadro não é acompanhando nem no texto da resolução e nem no mesmo quadro dos critérios que definem. O Rodrigo apresentou os critérios aqui, mas eu não acho que esses critérios sejam os melhores critérios do mundo para poder resolver o que é de interesse regional e o que é de interesse nacional. Então eu acho que esses critérios deviam ser estabelecidos, fazer parte do corpo da resolução e bem fundamentados. Até a própria intenção da resolução tem que ser melhor fundamentada no corpo da resolução. Algumas das bacias que ele citou, ele usou até o termo: são inegáveis. Algumas de fato são inegáveis, outras são negáveis, portanto não tem ainda consenso sobre essa questão. O segundo ponto que são duas questões que estão relacionadas é que está estabelecida, na proposta de resolução está definindo que os futuros planos nacionais de recursos hídricos eles podem rever essas unidades. Em algumas regiões que ainda não contam com comitês de bacias e como o próprio Rodrigo disse que ainda estão estudando essas unidades, essa flexibilidade pode ser uma coisa positiva. Para bacias que já estão consolidadas e no nosso caso nós temos praticamente 15 unidades de gerenciamento de recursos hídricos que fazem parte de algum rio de domínio da União, isso para nós é muito mais complicado. Vai ser muito difícil a gente estar trabalhando num formato e o

próximo plano por alguma questão fazer uma alteração. Isso é fácil de resolver? É. Você pode inserir na resolução algum mecanismo que fale: as unidades que já estão consolidadas não serão alteradas. Mas não está escrito, portanto, tem que ter essa atenção. Com relação principalmente nesse aspecto ainda nessa questão dos estados é: nós acreditamos, entendemos e apoiamos que todos os conselhos estaduais sejam consultados, assim como os comitês de bacia que já estão implantados para avaliar essa listagem, essas propostas. Eu acho que os conselhos estaduais estão diretamente envolvidos nisso, eles que deliberam a formação dessas unidades, então eu acho que eles devem ser formalmente consultados. A Suraya deu uma idéia agora a pouco, que amanhã temos a reunião dos conselhos estaduais para definir a questão da representação aqui no Conselho. Pode ser um momento de abrir essa discussão e a partir daí se fazer uma discussão aprofundada. Nós acreditamos e propomos que essa discussão seja levada para os conselhos sim para que eles possam avaliar a proposta. O terceiro item é com relação ao artigo... Eu não coloquei o artigo, mas eu acho que é o 5º, que define um controle excessivo de inúmeros documentos e relatórios para que comprove a atuação do comitê. É uma vigilância muito grande, só faltou definir a punição se a gente não cumprisse, mas eu acho que isso tem que ser amenizado, tem que ser melhor pensado porque fica uma coisa até meio agressiva a forma como foi colocada. O 4º item diz respeito à questão da operacionalização dos instrumentos de gestão. Na resolução está previsto, temos as unidades de... Sempre vai ter uma porção da União e uma porção dos estados, portanto, você tem um problema de dominialidade e a gente acredita que esse problema vai continuar porque o estado vai continuar, a não ser que a gente rompa também com o limite estadual. Caso haja a ampliação de uma unidade de gestão tem que se definir melhor a competência para o desenvolvimento, principalmente com relação à cobrança. Hoje nós temos regras que estão funcionando mais ou menos, onde está a calha principal quem domina é a União; cobra a ANA, nos estados, isso é uma coisa super complicada. Isso tem que ser melhor pensado e estar estabelecido no texto da resolução. Isso nós acreditamos que a dominialidade continua mesmo com essa proposta, você continua com o seu limite administrativo do estado e de alguma forma tem que ser pensada. Ainda com relação à questão dos instrumentos de gestão nós temos a questão, por exemplo, do enquadramento dos corpos d'água que necessariamente entram na questão de uso e ocupação do solo que é de dominialidade municipal. Então aí entra mais um complicador na história que a gente também deve pensar em algum mecanismo para ser inserido nessa resolução. Enfim, o que a gente pede é que todas essas questões sejam melhor discutidas, aprofundadas, amadurecidas, explicitadas, que os critérios sejam definidos e incorporados no corpo da resolução. Eu vou propor aqui, eu acho que posso propor, tem duas possibilidades que o Marley levantou: o pedido de vista não vai bastar porque esse processo de consulta não é possível se dar em 15 dias que é o prazo que nós temos agora considerando o do Tocantins/Araguaia, então isso não resolveria. Então temos duas alternativas, ou a suspensão da discussão hoje e depois precisamos estabelecer como se retoma, ou o pedido de retorno para a câmara técnica de origem que no caso é a câmara técnica do Sidnei, do Plano Nacional, para que se retomem essas discussões e se tenha esse processo de consulta, de aprimoramento e de amadurecimento. É isso. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Muito obrigado Conselheira. Foi concedido também o tempo adicional em função da relevância e das exposições já feitas como mencionado pelo Conselheiro Lobato. A seguir nós temos... Eu pediria aos demais conselheiros que também se ativessem a possibilidade de tratar dos encaminhamentos aqui propostos. A lista, por favor. Carlos Alencastre, José Machado, Rosalvo, Tereza e Catarina. **Conselheiro Carlos Eduardo Nascimento Alencastre**

(CBH). Eu queria cumprimentar o Rodrigo pelo trabalho e dizer o seguinte: a Rosa já adiantou algumas coisas que a gente ia colocar. É a questão da consulta porque está se atribuindo questões que tem que ser resolvidas pelos conselhos estaduais que não foram consultados de antemão. Então eu acho que isso que a Rosa colocou é importante. E também a questão dessa... Eu não vou colocar como ingerência, mas dessa fiscalização em cima do andamento dos comitês, de como funcionam os comitês. Eu acho que é uma coisa que a gente tem que dar uma repensada, mas a proposta como um todo é válida. Eu acho que nós estamos no caminho certo para melhorar essa questão da dominialidade no Brasil. Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. José Machado em seguida. **Conselheiro José Machado (ANA)**. Primeiro eu gostaria de dizer que esse é um tema muito caro a Agência Nacional de Águas pelo fato de ser o órgão implementador das políticas definidas aqui pelo Conselho. A agência tem se ressentido de uma estratégia mais clara de implementação do sistema de gestão de recursos hídricos. Essa proposta organiza, ela dá um sentido estratégico, dá foco, dá prioridade, um rumo para o trabalho da ANA e nos livramos daquela expectativa que muitas vezes existe de que pode aparecer de repente na nossa pauta a criação de um comitê aqui, um comitê acolá sem a devida consideração sobre qual é a relevância que tem isso dentro de um contexto de prioridades mais amplo. O que nos faz reféns de certo clientelismo, entre aspas, que pode comprometer a eficiência e a eficácia da implementação da política de recursos hídricos. Eu acho que essa proposta é uma proposta amadurecida longamente na ANA, mas eu sou inclinado a concordar que pela centralidade dela essa discussão não pode ser espremida no final de uma reunião do conselho. Não pode porque ela vai mudar de patamar, vai ser uma mudança de patamar para o nosso trabalho e, portanto, é preciso que o conselho esteja muito maduro para poder dar esse respaldo para a ANA, porque caso contrário com tantas dúvidas que ainda persistem nós poderemos aprovar uma coisa um pouco (inaudível) e eu acho que isso não é a intenção de maneira alguma da ANA. Então eu estou de acordo com o encaminhamento que a Rosa está propondo aqui. Acredito que talvez o melhor mecanismo seja a suspensão da discussão de tal modo que a gente tenha condição de envolver mais os conselhos, os comitês, mas é importante que todos sintam que no momento em que nós estamos definindo quais são as bacias estratégicas nós estamos dando foco a política, ela não pode ser uma coisa que vai meio... De vez em quando chega a ANA um conjunto de prefeitos, vamos criar tal comitê, mas não existe razão para você colocar muitas vezes recursos escassos e nós temos recursos escassos em processos totalmente invertidos da política. No momento em que o conselho nos der um roteiro com clareza do que é estratégico e do que é regional, porque se há uma vontade para criar um órgão regional que se crie um órgão regional. Mas os escassos recursos que nós temos aqui no nosso âmbito, no âmbito nacional, nós temos que priorizar aquilo que tem impactos estruturantes para o sistema, então essa questão é uma questão crucial. Nós temos que ter uma definição sob pena de nós misturarmos as coisas e não darmos eficiência e eficácia ao processo de implementação da gestão. Portanto, eu queria dizer que fico feliz de ver que há uma aceitação em tese da proposta. Eu acho que nós estamos no limiar de uma mudança de qualidade em função desse debate, então eu faço uma adesão aqui à preocupação dos que me antecederam, do Carlão e da Rosa, no sentido de que a gente dê mais tempo para discutir porque nós não temos interesse de discutir uma matéria desse teor de afogadilho. De maneira alguma. Isso seria muito ruim para nós todos se fizéssemos isso. Então eu apoio essa decisão. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Muito obrigado. **Conselheiro Rosalvo** e em seguida Tereza. **Conselheiro Rosalvo de Oliveira Júnior (MI)**. O Rodrigo disse que está doido para se ver livre de mim porque eu dou muito trabalho a

ele. Mas veja bem Rodrigo eu acho que é absolutamente fundamental se a gente está criando uma resolução à gente ter o conceito. O que a gente entende como uma unidade de gestão de recursos hídricos? É nacional e o que é regional. E mesmo aquele conceito que você apresentou no seu slide eu acho que a gente poderia incorporar um pouco do que você falou. O que você falou e explicou não está dentro do conceito. Eu acho que o que você falou é melhor do que o que está escrito. Em segundo Rodrigo e eu quero pedir perdão, talvez tenha sido falha minha, a gente não aportou um material que é riquíssimo que nós fizemos lá no Ministério porque como nós somos responsáveis pela política nacional de desenvolvimento regional, definir o que é uma região é uma discussão que vem desde a década de 40, e a gente nunca chegou a uma conclusão. E aí nós fizemos ano passado no Ministério uma reunião entre o IBGE e todos os estados da federação onde a gente definiu as unidades de planejamento territorial. De modo que a gente não tivesse uma divergência entre o que o Ministério da Integração pensa que é uma região, uma mesorregião; o que o IBGE pensa e o que o Estado pensa. E aí eu acredito Rodrigo, salvo melhor entendimento de que o aporte desse material ajudaria muito, muito mesmo na discussão que a gente está fazendo disso aqui. Digo para você não ficar triste porque eu acho que nós vamos aprovar isso ainda este ano, mas entenda o que é revolucionário, o que é novo, denso, o que dá um salto as pessoas tremem, as pessoas precisam pensar um pouco. Então eu acredito que talvez voltando para a câmara técnica e a gente discutindo mais uma ou duas vezes, mas com compromisso de antes de dezembro de 2009 a gente aprovar isso aqui porque eu acho que isso será o grande norte, a grande ação da política nacional de recursos hídricos. Lamento ter feito só 104 pontos e não 130, senão eu teria passado no concurso da ANA e iria trabalhar com isso lá com você. Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Tereza. A última inscrita. Depois vamos dar o encaminhamento. **Conselheira Tereza Cristina Esmeraldo de Oliveira (CERH/DF).** Mais um pedido de esclarecimento ao Rodrigo. Na resolução está definida unidade de gestão nacional e unidade de gestão regional, e coloca que o comitê de bacia da unidade de gestão regional pode ser proposto pelos estados e ser analisado aqui no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Certo? A minha pergunta é a seguinte: mas já estão estabelecidos quais podem ser propostas pelos estados, os comitês das unidades de gestão regional que seriam esses aqui do anexo. Não teria uma liberdade, uma flexibilidade de dois estados pensarem num comitê onde haja um conflito de uso de água entre dois estados e trazer aqui para o conselho para ser analisada uma proposta de comitê que não sejam esses já definidos. Eu acho que é isso que emperra um pouco. Se for possível flexibilizar mais essa questão eu acho que contribuiria. Porque às vezes têm questões entre estados que não foram previstas aqui; e que um comitê ajudaria a resolver e que não tira assim como essa resolução prevê que essa criação tem que ser analisada e aprovada pelo conselho. Então eu acho que flexibilizar essa questão da criação de comitês nas unidades regionais eu acho que ajudaria melhor nessa gestão. Obrigada. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Não é um encaminhamento simples. Eu gostaria de ver se esse encaminhamento pode vir a atender o plenário e também a câmara técnica que fez a apresentação. É uma solicitação para que a gente possa aprofundar esse debate. Também precisaríamos deixar aqui uma data indicativa em relação a isso. Tem uma sugestão de retorno à câmara técnica que em certa medida conflita, ela se choca com o princípio dela estar apresentada aqui e com o princípio de ampliar o conjunto da discussão envolvendo comitês, especialmente os comitês de bacia. Então o encaminhamento que a gente faria sem prejuízo, há alguns questionamentos que eu tenho certeza que o Sidnei e especialmente o Rodrigo estão bastante ansiosos para responder; mas na medida em que o encaminhamento a ser proposto retornará a

discussão a este plenário mais adiante, a proposta que nós estaríamos apresentando acatando a sugestão do presidente da ANA seria de suspensão dessa discussão; fazer o indicativo de que ela seria reapresentada; o indicativo é de que ela seria apresentada na reunião de maio, então não seria para essa do mês de abril, seria para o mês de maio. É um indicativo e durante esse período até para a próxima convocação da reunião nós poderíamos a partir das diversas contribuições que estão aqui fazer uma proposta de encaminhamento mais propício e definitivo com relação a tratamento desse tema. O João Bosco está muito ansioso em relação ao encaminhamento, por favor, me ajude, eu gostaria de caminhar para se não for isso nós teríamos que apreciar e votar. Por favor.

**Conselheiro João Bosco Senra (MMA/SRHU).** Proposta de encaminhamento. No sentido de que a câmara técnica do plano na sua próxima reunião marque um dia antes ou depois da reunião da câmara técnica coordenada pela câmara técnica um seminário onde seriam convidados todos os conselheiros estaduais de recursos hídricos, os comitês federais e o fórum coordenador; porque não dá para chamar todos os comitês do país, mas a coordenação do fórum nacional de comitês de bacia e que aí nesse dia se possa fazer uma grande discussão um dia antes da reunião da câmara técnica do plano. Se houver alguma sugestão que vá alterar a câmara técnica no dia seguinte incorpora aquelas sugestões que possam vir desse seminário para que a gente possa ter na reunião de maio apresentada como uma proposta sob essa coordenação.

**Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Essa hora, dessa maneira, talvez a gente tenha dificuldade de encontrar um encaminhamento que agrade a todos, mas a sugestão é de que nós tenhamos um indicativo dela ser reapreciada em maio. Será esse o encaminhamento que eu vou submeter à votação. Ele seja reapresentado em maio, esse é o indicativo, e que ele retorne a câmara técnica com esse intuito, não é o intuito de que a câmara técnica em si vai reavaliar, mas que a câmara técnica organize o processo foi aqui demandando de expansão, de envolver mais atores para que tenham conhecimento prévio desse plano tão importante. Eu vou passar ao Rodrigo, mas só resumindo: indicativo de reapresentação em maio; retorna à câmara técnica no sentido de que ela encontre o mecanismo que atendas as preocupações aqui levantadas de maior número de agentes apreciando essa proposta.

Rodrigo. **Sr. Rodrigo Flecha (ANA).** Eu acho que a proposta que o Presidente da ANA fez foi no sentido de que ela... Quer dizer, ele não está disposto pela extensão que nós entendemos da resolução, e isso é uma parte do que nós gostaríamos que fosse efetivamente. Aqui nós não estamos inclusive, e vou ser franco com vocês, abordando tipologia de gerenciamento. Aqui nós estamos trabalhando em base territorial, quer dizer, a gente quer dar outros e outros passos a fim de construir um pacto federativo. Aqui eu não estou... Vocês viram que não tem nenhum tipo de estratégia de tipologia ou modelo institucional de gerenciamento nessa nossa base territorial aqui. O Lobato conhece um pouco essa minha discussão, quer dizer, outros passos poderiam ser dados nesse sentido. O que eu acho que o presidente da ANA colocou foi que: num final de reunião de conselho nacional, onde a representação caiu, um tema que Dr. Machado colocou que reputa como da mais alta relevância para gestão integrada de recursos hídricos e para estruturação e avanço do sistema nacional de gestão de água, eu acho que a consulta é importante, mas nós temos aqui no plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos representantes de todos os setores. Eu acho que o Dr. Machado colocou o tema como se fosse: não vamos retornar a câmara técnica, mas sim debater o tema com maior profundidade, que as consultas, nós temos 10 conselhos estaduais de recursos hídricos aqui. Nós temos o setor usuário, nós temos sociedade civil, quer dizer, os estados estão representados aqui. Eu acho que o Dr. Machado quis colocar a necessidade de que se suspensa o tema, mas que o tema retorne na reunião que você colocou em maio Vicente, mas no plenário do próprio

Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O meu entendimento é esse. Eu não vejo porque essa proposta de resolução deveria voltar a CTPNRH. O Sidnei Agra sabe muito bem disso, nós passamos um dia, e isso aqui não é nem 1/3, Sidnei você concorda comigo, não é nem 1/3 ou 1/5 da minha apresentação. A minha apresentação na CTPNRH ela durou com inúmeros exemplos durou mais de duas horas e eu fui submetido a uma sabatina de quase seis horas, assim como na CTIL aconteceu à mesma coisa. Então o que eu acho que o Machado colocou foi à necessidade do CNRH debater o tema. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Como eu falei não vai ter encaminhamento num final de reunião, dada a importância e a divergência porque se tivéssemos como votar emenda por emenda seria mais simples do que discutir o encaminhamento. Foi claro não só o posicionamento do José Machado, mas outros também, especialmente da Conselheira Rosa no sentido de ampliar a discussão a respeito do tema. Nós precisamos decidir quem amplia, como se amplia, então na medida em que isso vem ao conselho essa é uma responsabilidade do Conselho, não é apenas uma responsabilidade da Agência Nacional de Águas. A Agência Nacional de Águas com certeza vai ajudar nesse processo, mas quem vai ampliar a discussão é o conselho não é a agência. O instrumento do Conselho que nós vislumbramos a partir da sugestão do João Bosco é que a câmara técnica, não que ela rediscuta o tema, se for o caso, depois talvez até tenha que fazer. Não vamos aqui nos antecipar, mas nós não estamos mandando para a câmara técnica para que os seus membros internamente rediscutam o tema, é para que a câmara técnica defina procedimentos no sentido de se atingir o objetivo aqui apresentado especialmente pelo Machado e pela Rosa Mancini de ampliação do debate. O Carlão também fez isso. Então veja não é rediscutir na câmara, mas o conselho através da câmara conduzir o processo de ampliação do debate, uma vez que essa resolução está apresentada ao conselho. Se a ANA o desejar fazer através de reuniões e apresentar evidentemente a Agência Nacional de Águas tem sua autonomia para fazer a apresentação da proposta. Está claro isso? Tem divergência em relação a essa questão? Posso encaminhar assim? Lobato quer se manifestar. É para contribuir? Por favor, garantido até o esforço daqueles que permanecem até o final garantir o direito de palavra, mas, por favor, nos ajudem para fechar, não para reabrir... **Conselheiro Francisco José Lobato da Costa (OTEP).** É só uma proposta de encaminhamento. Eu acredito que além desta contribuição que a câmara técnica do plano deve dar, nós deveríamos manter um espaço para que o conselho se aprofunde nesse tema extremamente complexo para que todos nós tenhamos segurança a respeito dessa deliberação. Adiantaria que na próxima reunião eu desvincularia o retraçado desse mapa de gestão do Plano Nacional porque ele é um processo de negociação e de aprendizado que nós vamos executar ao longo da implementação dessa resolução. Então eu acho que essa minha proposta ela casa tudo. Vamos à câmara do plano que dá todo o encaminhamento que o Secretário está propondo, manteríamos esse tema num espaço de discussão para as nossas próximas reuniões para nos aprofundarmos e ganhar maturidade a respeito disso, e ao aprovar e implementar vamos dando mais flexibilidade, menores espaços para ir ajustando um processo de negociação do traçado de unidades de planejamento e gestão de recursos hídricos no país. Era isso. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Muito obrigado. Eu gostaria de manter a fixação da data de maio como uma data indicativa, porque se nós não tivermos data nenhuma, então a reunião da CTIL para fazer a discussão pode ficar para maio, então nós teríamos aí quase que atingindo o limite apresentado pelo conselheiro Rosalvo de até o final do ano. Eu acho que nós devemos fazer um esforço com datas, mesmo que a gente entenda que elas possam ser adiadas, mas a gente fixa a data, prazo para que essa discussão seja aprofundada e acelerada. Eu vou submeter ao plenário esse

encaminhamento de que o ponto seja suspenso, com indicativo de que ele será apresentado na próxima reunião de que esse tema... Não na próxima. Na reunião de maio, esse foi o cuidado inclusive para não ser na próxima porque senão nós teríamos um problema regimental a enfrentar, será indicativo para a reunião de maio e a câmara técnica teria a responsabilidade de organizar no âmbito do conselho a difusão da discussão sobre essa proposta. Está bem? Os conselheiros e as conselheiras que são favoráveis a esse encaminhamento, por favor, levantem seus crachás. Muito obrigado. Os conselheiros e as conselheiras contrários? Abstenções? Então aprovado por unanimidade.